

**1.ª Comissão Permanente**

**Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos**

**e**

**3ª Comissão Permanente**

**Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana,  
Habitação e Desenvolvimento Local**

**Parecer**

Relativo à **Proposta n.º 745/2016** – “Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a minuta de Contrato-Programa Bairro Cruz Vermelha, a celebrar com a Gebalis - Empresa de Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E.M., S.A.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_

ENT 66 /SG/DAOSM/GAAM/2017

DATA 12/01/2017

Eneide Lima

SL  
H

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 745/2016<sup>1</sup>, subscrita pelo Vereador João Paulo Saraiva, titular dos Pelouros das Finanças e Recursos Humanos e pela Vereadora Paula Marques, titular do pelouro da Habitação e do Desenvolvimento Local, e aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de Lisboa (CML) de 15 de dezembro de 2016, submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) o seguinte<sup>2</sup>:

- *Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a minuta de Contrato-programa Bairro Cruz Vermelha, que faz parte integrante desta Proposta, a celebrar com a Gebalis - Empresa de Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E.M., S.A., o qual inscreve um subsídio à exploração com o valor global, de 303.446,00, não sujeito a IVA.*

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e para a 3ª Comissão Permanente – Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 19 de janeiro de 2017, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Doravante designada apenas por Proposta.

<sup>2</sup> Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 26.º, do n.º 3 do artigo 32º, da alínea a) do n.º 1 do artigo 42º, do n.º 1 e 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, do n.º 1 do artigo 62º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, aplicável por força do artigo 4º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea c) do artigo 20º e alíneas a) e b) do artigo 24º dos Estatutos da GEBALIS em vigor.

<sup>3</sup> Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014, com as alterações introduzidas em 21 de julho de 2015 e em 19 de julho de 2016. Daqui em diante denominado apenas por Regimento.

32  
H

## 2. CONSIDERANDOS

A GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E.M., S.A., é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, constituída sob a forma de entidade empresarial local, nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Nos termos dos seus Estatutos, a GEBALIS tem como objeto social a promoção do desenvolvimento local, desenvolvendo a atividade de gestão social, patrimonial e financeira dos bairros municipais em moldes a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.

Constitui atribuição da GEBALIS assegurar a manutenção do parque edificado daqueles bairros, promovendo para o efeito a execução de obras de conservação e de beneficiação.

Nos termos do nº 3 do art.º 32º da Lei nº 50/2012, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local, “a atribuição de subsídios à exploração pelas entidades públicas participantes no capital social exige a celebração de um contrato-programa”.

No art.º 20º dos Estatutos da GEBALIS, prevê-se expressamente que aquela entidade celebrará com o Município de Lisboa contratos-programa onde se definirão as orientações estratégicas a seguir pela empresa e os objetivos a prosseguir, bem como o montante das comparticipações a que terá direito em contrapartida das obrigações assumidas.

As obras serão realizadas no Bairro da Cruz Vermelha<sup>4</sup> e consistem em obras de beneficiação, conservação e manutenção, a fim de repor e melhorar as condições de segurança e salubridade do edificado, com vista a assegurar:

- O correto funcionamento das infraestruturas técnicas de zonas comuns, em especial da rede elétrica coletiva;

---

<sup>4</sup> Exclusivamente em imóveis propriedade do Município de Lisboa, mais precisamente no conjunto de imóveis que constituem o Bairro Municipal da Cruz Vermelha (designadamente na Rua Maria Margarida - Lotes 1, 2, 6 e 7 e Rua Maria Albertina - Lotes 3, 4, 5 e 6 – Freguesia do Lumiar – Lisboa).



- As reparações pontuais de zonas de fachada com reboco em queda ou pouco consolidado e interiores de zonas comuns, nomeadamente em caixas de escada (com fecho de vãos abertos) e de degraus e pavimentos;
- Fecho de galerias térreas de modo a garantir maior segurança.

O Município de Lisboa pretende encarregar a GEBALIS – Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa E.M., S.A., de executar as referidas obras.

O custo estimado para a realização das obras de beneficiação, conservação e manutenção no Bairro da Cruz Vermelha é de €303.446,00 (trezentos e três mil, quatrocentos e quarenta e seis euros).

A despesa tem enquadramento Orçamental na orgânica L14.01, ação do plano C1.P012.01 – Rea. Bairros Municipais Lx XXI GEBALIS, rubrica económica 05.01.01.01.03, do orçamento de 2017.

De acordo com a minuta do Contrato-Programa a celebrar entre a CML e a GEBALIS, é sua missão promover a execução dos referidos trabalhos de conservação, beneficiação e manutenção e realizar todos os processos legais respeitantes às empreitadas, como seja a instrução do processo, fiscalização da obra e execução e observância do plano de saúde (cláusula 2.<sup>a</sup>)

A execução dos trabalhos será comprovada por documentos que atestem as despesas efetivamente suportadas (Cláusula 5.<sup>a</sup>, ponto 3 e Cláusula 8.<sup>a</sup>), devendo ainda a GEBALIS apresentar trimestralmente um relatório explicitando a evolução do estado dos trabalhos e do cumprimento dos objetivos definidos pelo Município (cláusula 7.<sup>a</sup>).

### **3. AUDIÇÕES NO ÂMBITO DA PRIMEIRA E TERCEIRA COMISSÕES PERMANENTES**

A fim de serem prestados esclarecimentos sobre a Proposta em análise, foi promovida, no dia 5 de janeiro de 2017, em sede de reunião extraordinária da 1ª e 3ª Comissões Permanentes, a audição da Vereadora Paula Marques e do Vereador João Paulo Saraiva.

### **4. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

As forças políticas representadas na 1ª e 3ª Comissões Permanentes – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e, bem assim, a Deputada Municipal Relatora, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

### **5. CONCLUSÕES**

Tal como foi referido pela Vereadora Paula Marques na audição realizada no dia 5 de janeiro de 2017, o Bairro da Cruz Vermelha é um bairro já bastante antigo, com condições de habitabilidade muito deficitárias.

Efetivamente, trata-se de um bairro bastante degradado, com pouca qualidade de construção, e que pelas suas características transmite insegurança à população nele residente. Aliás é intenção do Município proceder posteriormente à demolição total de todas essas construções, uma vez realojados os moradores.

A intervenção que se pretende realizar com a celebração do presente contrato-programa é uma intervenção de emergência e que visa a segurança dos moradores e melhoria da sua qualidade de vida, independentemente do destino futuro do Bairro da Cruz Vermelha, que se encontra a ser paralelamente delineado.

HP

A presente proposta de intervenção foi consensualizada e validada pelos moradores do Bairro em duas Assembleias realizadas com a Vereadora Paula Marques e foi acolhida pela Junta de Freguesia do Lumiar.

Pelo exposto, conclui-se que a Proposta sobre a qual incidiu o presente parecer está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML, a quem compete, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 26.º, do n.º 3 do artigo 32.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º, n.º 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável por força do artigo 4.º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea c) do artigo 20.º e alíneas a) e b) do artigo 24.º dos Estatutos da GEBALIS em vigor, a prática dos atos propostos.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

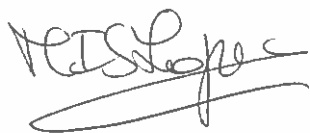
## **6. ANEXOS**

A Deputada Municipal Relatora considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado pelos demais Deputados e Grupos Municipais.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

Lisboa, 12 de janeiro de 2017.

A Presidente da 1.ª Comissão



-Irene Lopes-

P/O Presidente da 3ª Comissão



-Victor Gonçalves-

A Deputada Municipal Relatora

- Patrocínia César-